



CAMPANHA SALARIAL 2025/2026

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

AGROINDÚSTRIAS DE CARNES E DERIVADOS, AGROINDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS, COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS SEDIADAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, EMPRESAS QUE EXPLORAM A FRUTICULTURA E EMPRESAS RURAIS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA REPRESENTADAS PELOS RESPECTIVOS SINDICATOS RURAIS E FAESC, PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS CONSELHOS PROFISSIONAIS REGIONAIS, E OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO COMERCIO DE PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO, FLORESTAL OU AMBIENTAL REPRESENTADOS PELA FECOMERCIO E FAMPESC.

DATA BASE – 01 DE MAIO

CLÁUSULA 1ª – HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão do contrato de trabalho de empregados representados pelo SINTAGRI, independentemente do motivo e após 12 meses de trabalho, deverá ser feita mediante o acompanhamento e homologação do SINTAGRI.

Parágrafo Único: Também se aplicará o disposto no caput da presente cláusula, em caso de demissão consensual, com rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo entre o trabalhador e a empresa.

CLÁUSULA 2ª – FLEXIBILIZAÇÃO INTERVALO INTRAJORNADA

Fica autorizada a redução do intervalo intrajornada para até 30 (trinta) minutos, mediante acordo efetuado diretamente com a anuência individual dos trabalhadores que tiverem interesse e homologação do SINTAGRI.

CLÁUSULA 3ª – REGISTRO DE JORNADA DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A empresa não limitará o registro da jornada das horas extraordinárias autorizadas pelo superior imediato realizadas pelo trabalhador, devendo o controle de jornada refletir a integralidade da jornada trabalhada.

CLÁUSULA 4ª – NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO REMOTO

A empresa e o trabalhador poderão negociar a realização de parte da jornada diária ou semanal fora do local de trabalho, estabelecendo em acordo individual as obrigações de cada parte e o limite da jornada a ser realizada fora da empresa, devendo ser observado no mínimo os seguintes parâmetros:



SINTAGRI - Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina

CNPJ.80.460.785/0001-14 - Código Sindical 02815-0 - Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 1.309 - Ed. Florêncio Costa - Centro Florianópolis - SC. Caixa Postal 1576 - CEP - 88.010-001 - Fone/fax: (48) 3223-5870 - sintagri@tecnicoagricolasc.com.br

I - A empresa não poderá exigir do trabalhador a realização do trabalho em casa ou outro local distinto da sua lotação;

II - A empresa não poderá exigir que o trabalhador disponibilize rede de comunicação ou dados;

III - A empresa deverá disponibilizar computador portátil (laptop) para uso pelo trabalhador, quando exigir que o trabalho seja realizado com o usuário logado no sistema.

CLÁUSULA 5ª – PRÉ-ACORDO

As empresas manterão a vigência plena de todas as cláusulas e condições existentes nas Convenções Coletivas de Trabalho 2024/2025, a todos os Técnicos Agrícolas, até que novo instrumento seja firmado ou, os dissídios coletivos de trabalho sejam julgados.

CLÁUSULA 6ª – ACORDO PARA DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO

Caso malogrem as negociações administrativamente as empresas/cooperativas concordam com o ajuizamento do dissídio coletivo de trabalho.

CLÁUSULA 7ª – REAJUSTE SALARIAL

Os profissionais pertencentes à categoria profissional representada pelo Sindicato acima nominado terão seus salários corrigidos pelo índice oficial de Inflação (IPCA) apurado no período de 01 de maio de 2024 a 30 de abril de 2025, acrescidos de 3% (três por cento) de ganho real, a partir de 1º de maio de 2025, sobre os salários praticados em abril/2025.

CLÁUSULA 8ª – QUINQUÊNIO

A empresa pagará, a partir de 1º de maio de 2025 a todos os empregados pertencentes a categoria profissional a título de quinquênio, o adicional de 2,5% (Dois vírgula cinco por cento), aplicável sobre o salário base do empregado para cada período completo de 5 (cinco) anos de trabalho ininterruptos na mesma empresa.

Parágrafo primeiro: O adicional de quinquênio, previsto no “caput” da presente cláusula, somente será devido quando o empregado tiver completado cada período de 5 (cinco) anos de trabalho ininterruptos na empresa, não sendo devido de nenhuma forma o pagamento proporcional.

Parágrafo Segundo: O limite máximo de concessões do adicional, será de 6 (seis) quinquênios limitados a 15% (Quinze por cento) do salário base do empregado.

Parágrafo Terceiro - Consideram-se como contrato ininterruptos os casos de readmissão dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data do último desligamento.

CLÁUSULA 9ª – VALE ALIMENTAÇÃO

Será concedido aos trabalhadores abrangidos por este instrumento um vale alimentação no valor diário de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) considerando 22 dias trabalhados por mês.



Parágrafo Primeiro: Fica vedado o desconto do valor do Vale Alimentação do trabalhador que estiver afastado para tratamento médico ou estiver em gozo de férias.

Parágrafo Segundo: Em nenhuma hipótese este vale poderá ser usado para indenização de despesa de alimentação quando o empregado estiver a serviço da empresa fora da sede do município de lotação.

CLÁUSULA 10ª – PLANOS DE AUXILIO A SAÚDE

As empresas manterão plano de saúde opcional a todos os profissionais abrangidos por este instrumento coletivo de trabalho, estendendo-os aos profissionais mesmo após sua aposentadoria.

CLÁUSULA 11ª – EXTENSÃO DE BENEFÍCIOS

Fica garantida aos Técnicos Agrícolas representados por esta entidade sindical, a extensão de outros benefícios concedidos à categoria predominante, inclusive reajustes e aumentos salariais, celebrado através de instrumentos coletivos ou por liberalidade da empresa.

CLÁUSULA 12ª – SALÁRIO EFETIVAÇÃO

Fica estabelecido que a partir de 1º de maio de 2025, o salário mínimo profissional será no valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) a ser pago aos Técnicos Agrícolas após o período de três (03) meses de trabalho na empresa.

CLÁUSULA 13ª – QUEBRA DE CAIXA

Aos Técnicos Agrícolas que exerçam a função técnica e que também sejam responsáveis pelo caixa da loja ou assemelhados, haverá remuneração extra de 20% sobre o salário normativo da categoria profissional, a título de quebra de caixa.

CLÁUSULA 14ª – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O Sindicato, em parceria com as empresas, providenciará em 120 dias, os respectivos laudos de insalubridade referente às atividades desenvolvidas pelos profissionais Técnicos Agrícolas. Sendo constatada atividade insalubre, as empresas e o sindicato discutirão a implementação do referido adicional.

CLÁUSULA 15ª – AUXÍLIO AQUISIÇÃO DE VEICULOS

As empresas/cooperativas abrangidas pela presente Convenção, no prazo de 120 dias, promoverão estudos com vistas a implantação de um programa de incentivo à aquisição de veículos por parte do trabalhador.

Parágrafo Primeiro: Entre os representantes da empresa/cooperativa designados para promoverem o estudo de implantação do programa, será garantida a participação efetiva de no mínimo um profissional Técnico Agrícola.

Parágrafo Segundo: O programa a ser implantado logo após a conclusão dos estudos, abrangerá as empresas/cooperativas onde o trabalhador usa seu veículo particular para a execução de suas atividades.



CLÁUSULA 16ª – RESSARCIMENTO QUILOMETRAGEM

As empresas cujos profissionais utilizam seu veículo para a execução de suas atividades, reembolsarão a título de ressarcimento de quilometragem, o percentual de 32 % (trinta e dois por cento), do valor do litro do combustível por km rodado, a contar da assinatura desta convenção coletiva de trabalho. O percentual acima estabelecido tem como base tabela de custo elaborada pelo SINTAGRI.

Parágrafo Primeiro: O valor estabelecido no caput da presente cláusula será devido em todo o deslocamento à trabalho durante o mês, não sendo devido nenhum desconto ou diferenciação para menor em razão da quantidade de quilômetros rodados.

Parágrafo Segundo: As empresas/cooperativas que possuam postos de combustíveis e revendas de pneus e peças automotivas implantarão uma política de preços diferenciada para os empregados que utilizam o veículo próprio a serviço, oferecendo descontos nesses itens.

CLÁUSULA 17ª – DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Ao empregado afastado em gozo de auxílio doença previdenciária a empresa pagará o décimo terceiro salário integral, desde que não o receba da Previdência Social e até o limite de 6 (seis) meses a partir do afastamento.

CLÁUSULA 18ª – LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CURSOS e SIMPÓSIOS

As empresas liberarão os profissionais pertencentes à categoria, 5 (cinco) dias por ano, para participarem de Assembleias, Congressos, Cursos e Simpósios de sua livre escolha.

CLÁUSULA 19ª – LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas liberarão para tratar de assuntos de interesse da categoria profissional, seus profissionais dirigentes sindicais eleitos, 3 (três) dias por ano sem prejuízo de sua remuneração e demais direitos contratuais.

Parágrafo Único: Para os trabalhadores que fazem parte do conselho fiscal do Sindicato esta liberação será de 3 dias por ano.

CLÁUSULA 20ª – LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIAS.

As empresas liberarão para participar de assembleias sindicais desde que devidamente convocadas pelo Sindicato e comunicadas a empresas com antecedência mínima de cinco (5) dias, todos os profissionais representados por esta convenção coletiva de trabalho por um período de trabalho (manhã ou tarde) por ano.

CLÁUSULA 21ª – ADICIONAL NOTURNO

Fica assegurado ao empregado que prestar seus serviços em horário noturno, assim considerado o compreendido entre as 22 e 05 horas, um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o valor da hora normal.

CLÁUSULA 22ª – GARANTIA DE EMPREGO

Será garantido o emprego nas seguintes condições:



- a. Ao empregado vítima de acidente de qualquer natureza, afastado por mais de 16 (dezesesseis) dias, durante 12 (doze) meses que se sucederem a alta médica previdenciária;
- b. À funcionária gestante, durante 60 (sessenta) dias que se sucederem ao término do prazo de afastamento compulsório, previsto na Constituição Federal.

CLÁUSULA 23ª – RELOCAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COM APOSENTADORIA ESPECIAL.

A partir da assinatura da convenção ou acordo coletivo de trabalho, as empresas farão a readequação para área ou atividade não insalubre de todos os Técnicos Agrícolas, que tenham sua aposentadoria especial deferida pelo INSS.

CLÁUSULA 24ª – READMISSÃO DE PROFISSIONAIS

A duração do contrato de experiência para profissionais readmitidos no mesmo cargo não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 25ª – AVISO PRÉVIO

Ao empregado despedido sem justa causa que conte com 10 (dez) anos ininterruptos de serviço na mesma empresa, o aviso prévio a ser dado ou indenizado será de 90 (sessenta) dias.

Parágrafo primeiro - Fica dispensado o cumprimento do aviso prévio, dado pelo empregador, no caso de o empregado obter novo emprego antes do respectivo término, sendo-lhe devida, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

CLÁUSULA 26ª – GARANTIA ESPECIAL DE EMPREGO (APOSENTADORIA)

É assegurado o emprego aos profissionais optantes pelo FGTS, durante 24 (*vinte e quatro*) meses imediatamente anteriores ao tempo mínimo necessário para a aquisição do direito à aposentadoria, por tempo de serviço, idade ou especial, desde que o empregado tenha mais de 05 (cinco) anos, consecutivos ou não, de serviços prestados à mesma empresa.

Parágrafo Primeiro: Para fazer jus à estabilidade desta cláusula o empregado interessado deverá comunicar expressa e formalmente à empresa que se encontra abrangido pela estabilidade, além de apresentar os documentos que comprovem o efetivo tempo de serviço.

Parágrafo Segundo: Não se aplica o disposto nesta cláusula nos casos de:

- a. Rescisão contratual por justa causa;
- b. Pedido de demissão;
- c. Encerramento das atividades da unidade da empresa.

Parágrafo Terceiro: Adquirindo o direito, extingue-se a garantia da estabilidade.



CLÁUSULA 27ª – INDENIZAÇÃO DE APOSENTADORIA

Fica assegurada uma indenização equivalente à 02(dois) salários base do empregado (a) que contar com 08 (oito) anos ou mais de serviço na empresa, de 3(três) salários base ao que contar com 12(doze) anos ou mais anos de serviço na empresa, 04(quatro) salários base ao que contar com 20(vinte)anos ou mais de serviço na empresa e de 05(cinco) salários base ao empregado que contar com 25(vinte e cinco) anos ou mais por ocasião da aposentadoria por tempo de serviço, idade ou especial.

Parágrafo Primeiro: Esta indenização somente será devida quando o empregado deixar definitivamente de prestar serviços a empresa.

Parágrafo Segundo: A indenização, estabelecida no “caput” da presente cláusula, também será concedida em caso de falecimento do empregado.

CLÁUSULA 28ª – CONDIÇÕES DE TRABALHO

A Empresa compromete-se a fornecer gratuitamente a seus empregados, quando por lei ou por ela for exigido, uniforme, equipamentos de proteção individual, calçados, ferramentas e crachás.

Parágrafo primeiro: O empregado se obriga ao uso, manutenção e limpeza adequada dos materiais e uniformes que receber e a indenizar a empresa em caso de extravio.

Parágrafo segundo: Extinto ou rescindido o contrato de trabalho, o empregado deverá devolver para a empresa todos os materiais e uniformes de seu uso, sob pena da empresa descontar os respectivos valores na rescisão contratual.

CLÁUSULA 29ª – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PARA CUSTEIO DA CAMPANHA SALARIAL

As empresas descontarão dos profissionais Técnicos Agrícolas, no mês subsequente a assinatura e registro deste instrumento, independente das anotações contidas em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Contrato Individual de Trabalho, do salário do profissional a importância correspondente a 12 % (doze por cento) de seu salário base, a título de Contribuição Assistencial, conforme decisão da assembleia trabalhista convocada por edital e amplamente divulgada, para custeio da campanha salarial da qual é beneficiário conforme prevê o artigo 513, alínea “e” da CLT.

Parágrafo Primeiro: Os valores descontados deverão ser repassados ao SINTAGRI até 05 (cinco) dias úteis após o efetivo desconto, respeitado o direito de oposição do profissional nos termos do Memo Circular SRT/MTE Nº 04 de 20 de janeiro de 2006, a seguir transcrito: “Para exercer o direito de oposição, o trabalhador deverá apresentar, no sindicato, carta escrita de próprio punho, no prazo de 10 dias após divulgação do referido instrumento pelo sindicato profissional. Havendo recusa do sindicato em receber a carta de oposição, essa poderá ser remetida pelo correio, com aviso de recebimento”.

Parágrafo Segundo: Fica estabelecido que o profissional optante ao direito de oposição, não será contemplado pelas cláusulas entabuladas na presente Convenção Coletiva de Trabalho.



CLÁUSULA 30ª – RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Por ocasião do recolhimento das *contribuições confederativa e Sindical* as empresas fornecerão ao sindicato a relação dos empregados da categoria que sofrerem os descontos e respectivos valores.

CLÁUSULA 31ª – GRATIFICAÇÃO EMISSÃO DE RECEITUÁRIO AGRÍCOLA

Aos Técnicos Agrícolas que atuam na prescrição de receituário agrícola (agronômico) as empresas e cooperativas, incluirão em sua remuneração mensal a título de gratificação o percentual de 10% (dez por cento) sobre seu salário, como forma de compensação pelas responsabilidades civis e penais que em razão da legislação de agrotóxicos poderão sofrer.

Parágrafo Único: Também será devido este adicional aos Técnicos Agrícolas que forem responsáveis técnicos pela loja agropecuária e depósito de defensivos.

CLÁUSULA 32ª - GRATIFICAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE GESTORES.

As Empresas e cooperativas passarão a remunerar os indicados para assumirem temporariamente funções gerenciais, quando do afastamento dos gestores, por motivos de férias ou afastamento para tratamento de saúde com um percentual de 50% da remuneração do substituto, como forma de compensação pela responsabilidade temporariamente assumida.

CLÁUSULA 33ª – MENSALIDADES

As empresas mediante autorização escrita de cada profissional independente das anotações contidas em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Contrato Individual de Trabalho descontarão do salário o valor da mensalidade sindical, passando ao Sindicato da categoria até o 5º (*quinto*) dia útil após o efetivo pagamento do salário.

Parágrafo Único: O cargo ou tipo de função anotada na CTPS e/ou desempenhada pelo profissional na empresa não será fator impeditivo para o desconto em folha da mensalidade sindical, bastando apenas que o mesmo possua filiação junto ao sindicato que se comprovará através da autorização de desconto em folha.

CLÁUSULA 34ª – DESVIO DE FUNÇÃO E ABRANGÊNCIA

Todo empregado pertencente à categoria profissional dos Técnicos Agrícolas e representado por este instrumento, devidamente registrado no Conselho Regional ou Federal, que desempenhem suas funções técnicas, será abrangido pela presente Convenção Coletiva de Trabalho e legislação pertinente a categoria, independente das anotações contidas em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Contrato Individual de Trabalho.

CLÁUSULA 35ª – BANCO DE HORAS

Acordam as partes, que a partir da assinatura da Convenção Coletiva, comprometem-se em discutir o **ACORDO DE BANCO DE HORAS**, respeitando a particularidade de cada um dos acordantes.

Parágrafo Único: Em caso de implantação do banco de horas, as horas trabalhadas a compensar serão acrescidas de 50% (cinquenta por cento) para horas praticadas em dia normal e 75% (setenta e cinco por cento) para finais de semana e feriados.



SINTAGRI - Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina

CNPJ.80.460.785/0001-14 - Código Sindical 02815-0 - Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 1.309 - Ed. Florêncio Costa - Centro
Florianópolis - SC. Caixa Postal 1576 - CEP - 88.010-001 - Fone/fax: (48) 3223-5870 - sintagri@tecnicoagricolasc.com.br

CLÁUSULA 36ª – RENEGOCIAÇÃO

As partes, quando acharem necessário, mediante prévia comunicação oficial, poderão retomar as negociações trabalhistas.

CLÁUSULA 37ª – VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de um ano a contar de 01 de maio de 2025.

Florianópolis, 24 de março de 2025.

Téc. Agr. Acácio Marian
Presidente do Sintagri